



Opinião Econômica

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance, É doutor em economia pela USP



Conversa com um leitor

Coluna sobre o mínimo gerou muitos questionamentos; vale insistir no tema

Na semana passada, abordei a necessidade de, durante alguns anos, não haver aumentos reais do salário mínimo. O tema é muito polêmico e suscitou inúmeros comentários de leitores. A minha coluna elaborava manifestação de Arminio Fraga na conferência Brazil Week, em Harvard. O leitor Luiz Gustavo Amorim fez os seguintes questionamentos:

“Arminio é um cara sensato, mas por que falar em congelar o mínimo sem antes mencionar a fila de subsídios e desonerações, a previdência dos militares, as emendas impositivas, os supersalários do Judiciário e a carga tributária ridícula do andar de cima?”.

O questionamento de Luiz Gustavo reproduz inúmeras outras manifestações que chegaram até a mim.

Vale, portanto, insistir no tema.

Em sua fala, Arminio propôs um programa de redução dos subsídios tributários dos atuais 6% do PIB para 4% do PIB. Mas, se o leitor quiser conhecer o diagnóstico que Arminio faz de nossa desigualdade, e das políticas necessárias para atacá-la, a melhor fonte é o artigo que ele publicou em 2019 na revista Novos Estudos, do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

Na quinta seção de seu texto, Arminio, empregando o excelen-

te relatório de Orçamento de Subsídios da União (OSU), avalia as diversas frentes em que podemos avançar. Há muito espaço para redução desses benefícios. Por exemplo, em 2003 os subsídios tributários da União eram 2% do PIB, em 2006 atingiram 4,3%, e hoje rodam em 4,8% do PIB. Se conseguirmos voltar ao valor legado pelo governo FHC, a arrecadação se elevaria em 2,8 pontos percentuais do PIB.

A leitura da quinta seção do texto de Arminio documenta o oposto da visão comum. Esta alega que há alguns grupos pequenos privilegiados que abocanham o dinheiro do Estado. Se houver vontade política e se enfrentarmos os po-

derosos, resolveremos o problema de financiamento do Estado brasileiro, e a pobreza e a desigualdade se reduzirão muito.

Como tenho insistido neste espaço há muito tempo, “os culpados”, chamemos assim, somos todos nós. Há uma boquinha para cada um. Quem não se beneficia da possibilidade de abater do IRPF integralmente os gastos com saúde? Quem não tem uma empresa do Simples ou é “pejota”, portanto, paga Imposto de Renda bem menor do que se tivesse um contrato CLT ou se a empresa operasse no lucro real? Quem não tem um parente idoso rico que não declara IRPF ou mesmo um parente com capacidade contributiva, mas que está isento do IRPF, pois tem alguma doença? Quem em algum momento da vida não se beneficiou de um empréstimo público a taxas subsidiadas? Quem não tem parente, conhecido, amigo que rece-

be uma reparação financeira muito elevada do Estado brasileiro pelos crimes da ditadura? E os salários acima do teto de diversas carreiras do funcionalismo público? A lista é bem longa.

Os governos têm buscado corrigir esse estado de coisas. Em 2023, o atual governo igualou as regras tributárias dos fundos fechados de investimentos com a dos abertos. O ministro Haddad, recentemente, encaminhou ao Congresso um projeto de lei para aumentar a tributação sobre as altas rendas. Paulo Guedes havia tentado. Oxalá desta vez o Congresso não desfigure completamente a proposta do Executivo.

O ideal é que deixemos de lado os xingamentos e olhemos com mais cuidado os números e avaliemos onde podemos melhorar cortando gastos e elevando a receita para atender aos mais necessitados.



Quem tem conta empresarial Banrisul agora tem limite turbinado do cartão Banricompras Empresas.



Em ato unificado, centrais sindicais celebram e refletem sobre o Dia do Trabalhador

/ MANIFESTAÇÃO

Ana Carolina Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

Diversas centrais sindicais realizaram ontem, na Casa do Gaúcho, um ato unificado alusivo ao Dia do Trabalhador. O evento intercalou apresentações musicais com falas de representantes sindicais, partidários e de movimentos sociais. Entre os discursos, prevaleceu a reivindicação pelo fim da escala 6x1 - em que o trabalhador tem uma folga a cada seis dias de atuação - e por melhores condições laborais.

“Unificamos nossas pautas, como a redução da jornada de trabalho com o fim da escala 6x1 e melhores salários. Não dá só para reduzir jornada, tem que melhorar as condições salariais e de trabalho para as pessoas. Também buscamos a taxação das grandes fortunas, a isenção dos trabalhadores que recebem até R\$ 5 mil do imposto de renda, com correção da tabela, e lutamos contra qualquer tipo de anistia aos golpistas”, resu-

me o presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT-RS), Amarildo Cenci.

A organização buscou, mais do que organizar uma manifestação, contribuir também com um espaço de confraternização para a militância, em que pudesse ter a discussão de ideias e a reflexão. “A classe trabalhadora muitas vezes não tem condições de ter uma atividade social, então achamos importante propiciar isso no Dia do Trabalho, fazendo um momento de congregação em que o trabalhador trouxesse sua família ao mesmo tempo em que pudéssemos dar o nosso recado, unindo a luta e o direito à arte, à cultura e à diversão”, explica o presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil do Rio Grande do Sul, Guiomar Vidor.

Brunno Mattos, diretor-geral da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (Uampa) foi um dos participantes do evento. Para ele, o saldo foi positivo: “no ano passado, teve a enchente e os trabalhadores não conseguiram se reunir para festejar o seu dia e,

neste ano, a gente consegue fazer isso com muito esmero. Tem mais de sete ônibus aqui de diversas comunidades de Porto Alegre e eu acredito que é daqui que vamos tirar as próximas lutas, porque esse momento nos reenergiza para tocar as pautas nas comunidades e nos territórios”, comenta

A figura mais reverenciada pelo público que compareceu ao ato unificado foi a do ex-governador Olívio Dutra (PT, 1999-2003). Já conhecido pela militância, ele se sentou na primeira fileira onde permaneceu ao lado de colegas de partido, como os deputados estaduais Adão Pretto (PT) e Sofia Cavendon (PT), e de amigos de longa data na política, como o vereador Pedro Ruas (PSOL).

Mas, quem mais circulou pela militância foram vereadores, deputados estaduais e federais das bancadas de esquerda. Do PT, a deputada federal Maria do Rosário fez uma participação discreta pela metade da tarde. Já as deputadas federais Daiana Santos (PCdoB) e Fernanda Melchionna (PSOL) buscaram utilizar o palco



Evento uniu líderes sindicais, políticos, militantes e movimentos sociais

para se dirigir aos trabalhadores. “Nós estamos ao lado destes que fazem a roda da economia girar. E sabemos a importância que tem a redução dessa jornada de trabalho (6x1). Sabemos a diferença que tem o fim dessa escala desumana, que retira possibilidades”, declarou Daiana. A deputada é autora do projeto de lei 67/2025, que busca garantir ao menos dois dias de repouso remunerado aos trabalhadores e estabelece um teto máxi-

mo de quarenta horas semanais de trabalho.

A deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL) exerceu críticas à composição do Congresso Nacional e ao que considera uma falta de prioridade da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em relação aos projetos que pedem o fim da escala 6x1. “Precisamos construir uma jornada de mobilização para alterar a correlação de forças a favor dos trabalhadores.”